

**NEWSLETTER***Informação Fiscal, Contabilística e Societária***Edição: Fevereiro 2007****1- MENSAGEM DA DIRECÇÃO**

A estratégia de uma empresa deve ser vista como um projecto de investimento que cria valor para os seus proprietários (sócios ou accionistas).

A estratégia começa com uma ideia.

Hoje as empresas estão especialmente vocacionados para actuar em consonância com o meio envolvente. Daí a procura de ideias que satisfaçam necessidades do consumidor, num quadro de concertação com o ambiente, aproveitando as sinergias internas e externas suficientes para fazer vingar um projecto empresarial, em termos actuais e de futuro.

O gestor com bom senso deve parar para pensar, e não impor ou aceitar a primeira ideia que surge. Planear, decidir, empreendedor (realizar acções) e controlar, são os pilares fundamentais da gestão moderna.

A filosofia básica da gestão tem como alvo a simplificação do ambiente de trabalho, a redução do desperdício, a eliminação de actividades que não acrescentam valor, o aumento da segurança e a obtenção de um maior nível de eficiência da qualidade.

Estes desideratos promovem o crescimento contínuo das pessoas, impulsionam o trabalho de equipa e incrementa uma cultura em que se valoriza o que de positivo têm as diferentes opiniões dos profissionais.

Nesta senda o conjunto das pessoas que actuam na empresa revelam aptidões complementares e estão comprometidas com um propósito comum por cujos resultados são mutuamente responsáveis, utilizando parâmetros de desempenho e métodos estruturados.

Ao actuar-se em conformidade, a partir de uma política integradora das suas funções internas determinantes, institui-se o primado estratégico do valor da empresa como factor de desenvolvimento da economia real.

Por si, com estima,

A Direcção – Paulo Anjos

**2- EMPRESAS PODEM ESCOLHER CONSERVATÓRIA REGISTO COMERCIAL**

Desde o início do ano que deixou de existir competência territorial nas conservatórias de registo comercial. Como consequência desta medida, os cidadãos e as empresas passam a poder escolher livremente qualquer uma das 307 conservatórias do registo comercial existentes em território nacional, podendo optar por aquela que mais lhes convém independentemente da localização da sede da sociedade em causa.

De acordo com a legislação anterior, existia apenas uma única conservatória competente para a prática dos actos de registo comercial - a da localização da sede da sociedade.

**Referências**

*Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março*

*Decreto-Lei nº 87/2001, de 17 de Março*

**3- NOVO VALOR DE CONSTRUÇÃO POR METRO QUADRADO**

O custo médio de construção por metro quadrado, aplicável em 2007, mantém-se nos **492 euros**, tal como em 2006.

Deste modo, em 2007, o **valor base dos prédios edificados**, aplicável no cálculo do valor patrimonial tributário (VPT) dos prédios urbanos, corresponde a **615 euros**.

Este valor é de fixação anual, aplicando-se aos prédios cujo pedido de inscrição ou avaliação tenha dado entrada no Serviço de Finanças desde **1 de Janeiro de 2007**, e até final do ano em curso.

Actualmente, o **VPT dos imóveis urbanos** apura-se mediante multiplicação deste valor pela área do imóvel (obtida por ponderação das áreas bruta privativa, bruta dependente e área exterior), e sequente multiplicação por coeficientes relativos à afectação, localização, qualidade e conforto, e idade do imóvel.

#### 4- NOVA TRIBUTAÇÃO AUTOMÓVEL A PARTIR DE JULHO

O Imposto Municipal sobre Veículos, o Imposto de Circulação e o Imposto de Camionagem, vão ser substituídos pelo novo Imposto Único de Circulação (IUC), que se aplicará a veículos novos matriculados após 1 de Julho 2007 e aos restantes a partir de Janeiro de 2008.

Por outro lado, o novo Imposto sobre Veículos (ISV) substituirá o actual imposto automóvel (IA). Para proceder a estas alterações, o Governo vai aprovar os novos Código do Imposto sobre Veículos (ISV) e Código do Imposto Único de Circulação (IUC), abolindo assim os anteriores impostos, ou seja, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem. Estas medidas constam de uma proposta de lei aprovada pelo Executivo em Conselho de Ministros, no âmbito da reforma global da tributação automóvel, e que vai ser agora submetida à Assembleia da República. De acordo com o Governo, através desta reforma global da tributação automóvel, pretende-se incentivar a utilização de energias renováveis e a opção por veículos e tecnologias menos poluentes, em cumprimento do Programa do Governo e de acordo com os compromissos assumidos no âmbito do protocolo de Quioto e das metas do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2006).

O Governo pretende alargar a tributação em função da componente ambiental (incrementando-se o peso das emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na base de tributação, para 30%, no primeiro ano, e 60%, no segundo ano). Por outro lado, pretende deslocar uma parte da carga fiscal do imposto devido pela aquisição do automóvel para a fase da circulação.

---

#### 5 - EVOLUÇÃO ECONÓMICA

Como esperado, o BCE manteve a taxa de juro de referência em 3,5% e, fazendo referência à necessidade de uma forte vigilância de modo a assegurar a estabilidade dos preços, assinalou que em Março elevará essa mesma taxa para 3,75%.

Simultaneamente, a afirmação de que a política monetária da zona euro continua acomodatória e da necessidade de este banco central continuar a agir de forma atempada e firme para garantir a estabilidade dos preços parece confirmar que o BCE poderá prosseguir com o ciclo de subida das taxas de juro, até que estas se situem em 4%, nível este mais próximo daquele que o BCE considerará ser o nível neutral para a região.

Este cenário parece ser confirmado pela análise que Jean-Claude Trichet, presidente do BCE, fez do crescimento e da inflação. Quanto ao primeiro, mostrou-se optimista, considerando que o cenário de médio prazo continua favorável. Quanto ao segundo, Trichet advertiu para a permanência de um conjunto de factores de risco que poderão implicar a aceleração do ritmo de crescimento de preços na zona euro. Destes destaca-se, para além da incerteza quanto ao comportamento do preço do petróleo, os riscos associados a uma possível aceleração dos salários e ao facto de a taxa de utilização dos recursos estar próxima dos máximos atingidos em 2000. Trichet insistiu ainda no facto de que o ritmo de expansão do crédito e da massa monetária continuam a ser factores de risco para o comportamento da inflação no médio prazo.

As preocupações de Trichet quanto a um eventual aumento das pressões inflacionistas via salários surgem na sequência de pedidos de aumentos salariais significativos na Alemanha. Perante a recuperação do emprego, e após vários anos de moderação salarial, os sindicatos mostram-se mais confiantes quanto à sua capacidade de negociação, apresentando como base negocial propostas de aumentos superiores a 6%. Tal facto é especialmente importante na medida que tais propostas partem de dois importantes sindicatos alemães, ligados às indústrias química e metalúrgica, e que abrangem cerca de 3,5 milhões de trabalhadores. Admitindo a concretização de aumentos salariais superiores aos registados nos últimos anos será importante observar até que ponto as empresas irão optar por passar ou não o aumento dos custos para o preço final. A nosso ver a passagem dos custos para o consumidor final à evolução bastante favorável da produtividade no sector manufactureiro alemão.

Entretanto, será importante prestar atenção ao comportamento dos indicadores de liquidez e à evolução do crédito ao sector privado. Na realidade, as taxas de crescimento destes agregados continuam a ser muito superiores ao desejado pelo BCE.

Quanto ao crédito ao sector privado, refere-se que a informação disponível tem mostrado uma tendência de abrandamento, reflectindo um crescimento mais moderado do crédito à habitação. Este facto, certamente consequência da subida das taxas de juro na zona euro, tenderá a tranquilizar a autoridade monetária da UEM no que se refere a uma eventual "formação/rebentamento de uma bolha" no sector imobiliário em algumas das economias da UEM, mas estará ainda longe de deixar de ser um factor de risco, pelo que prevemos que este continue a ser um aspecto sobre o qual o BCE continuará a chamar a atenção.

Finalmente, será também importante acompanhar o comportamento de outros indicadores, como por exemplo, do PIB no quarto trimestre de 2006 e os indicadores de actividade relativos ao mês de Janeiro, os quais darão alguma indicação de qual o impacto do aumento da taxa do IVA na Alemanha.